



Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

POLÍTICA OPERÁRIA

Nº 08/2023 | AFUSE | 22/02/23

Por que temos de lutar pela independência dos sindicatos diante do governo Lula?

Estamos diante de duas situações distintas: 1) o governo de São Paulo está nas mãos de um bolsonarista, que colocou na Secretaria da Educação o empresário direitista Renato Feder; 2) o governo federal de Lula é de frente ampla, reunindo nos ministérios representantes de partidos que derrubaram Dilma Rousseff em 2016. Assim, ambos governarão de acordo com os interesses da classe dominante e das potências imperialistas. Não revogarão as reformas trabalhista, a previdenciária e a EC 95 (Teto de Gastos), que cortam recursos da saúde e da educação. Continuarão a serviço do pagamento da volumosa dívida pública, que só vem crescendo.

Lula já fez sua tarefa de casa: convocou as direções sindicais para pedir a colaboração com seu governo. Diz que é preciso conciliar o capital e o trabalho, entre o explorador e o explorado. E, diante desse pedido, as direções sindicais se posicionaram em favor da governabilidade de Lula e da política de conciliação de classes.

Diante dos trabalhadores, tem sido comum o discurso de que o governo Lula é um governo em “disputa”. E que é preciso pressioná-lo para que não seja arrastado pelos partidos que o compõe. Nada mais falso! O governo Lula é um governo burguês, que não atenderá as reivindicações vitais dos explorados, entre elas o emprego a todos, a elevação do salário mínimo para manter a família trabalhadora, o fim da terrível contrarreforma trabalhista e previdenciária e não trará a educação e saúde pública para todos.

Está aí por que a Corrente Proletária vem fazendo uma campanha pela independência de nossos sindicatos diante dos governos, seja de Tarcísio, seja de Lula. Nesse sentido, defende que as direções sindicais convoquem as assembleias, para que os trabalhadores aprovem um programa de reivindicações e seus métodos próprios para conquistá-lo. Levanta a bandeira: Não à política traidora da conciliação de classes! Organizar, desde já, a luta pelo programa de reivindicações, que unifica os trabalhadores e a juventude pobre. ■

Por um reajuste geral dos salários dos funcionários de escolas

Boa parte dos funcionários recebe um salário mínimo de fome, que está em R\$ 1.302,00. Lula disse que passará para R\$ 1.320,00, no dia 1º de Maio. As direções sindicais estão defendendo R\$ 1.382,71. Como se vê, há um acordo entre governo e direções sindicais em manter um salário mínimo miserável. O que estamos vendo, na realidade, é uma negociata em torno de alguns centavos a mais no salário mínimo. Tudo para iludir a população pobre.

A Corrente Proletária exige que a direção da Afuse saia do “sono eterno” e convoque uma assembleia para que os funcionários possam discutir e aprovar uma campanha salarial que reponha as perdas salariais, que

são gigantescas. Nenhuma direção sindical pode permitir que sua base receba um salário de fome. O custo de vida continua alto, não dá sinais de queda, e os salários mal dão para os primeiros dias do mês.

A Corrente Proletária tem feito uma campanha para que um funcionário receba um salário mínimo vital, calculado pela assembleia de base. O Dieese tem anunciado que para manter uma família (alimentação, aluguel, água, luz, remédios etc.) é preciso um salário mínimo de R\$ 6500,00. Também não basta aprovar um reajuste salarial. É preciso organizar uma verdadeira luta para impor aos governantes. ■

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**



Não ao reajuste pela via da meritocracia

O governo de São Paulo impôs um aumento de salário para os funcionários da educação (servidores públicos), pela via da meritocracia. Assim, muitos funcionários ficaram sem nenhum tipo de reajuste.

A diretoria da Afuse, que está distante do conjunto dos trabalhadores, acabou aceitando o critério da meritocracia. O resultado está aí: houve mais uma divisão entre os funcionários de escola. Quem conseguiu um diploma de nível superior conseguiu um reajuste. Assim, uma parte aceitou como natural a correção salarial a partir de diplomas e títulos, quase sempre conseguido pela compra de cursos a distância. Em vez de demover essa política nefasta que penetrou no interior das escolas, a direção do sindicato aceitou que se trata de

uma medida paliativa.

Hoje, temos para a mesma função e mesmo tempo de serviço salários diferenciados. Quem venceu foi o governo, que continua esfacelando uma categoria com as divisões. Quem saiu derrotado foram os funcionários, que não puderam contar com a direção do sindicato, que a cada ano está mais passiva e mais favorável à política das negociatas sem luta.

Essa dura realidade tem de ser mudada. Para isso, é preciso a organização, desde as escolas, para impor à direção do sindicato o retorno às reuniões presenciais de representantes de escolas, do conselho e das assembleias estaduais. ■

É preciso pôr fim à terceirização nas escolas

Para o governo, a imposição da terceirização para os serviços de limpeza e merenda foi uma “mão na roda”. Não precisou contratar mais funcionários e se livrou dos encargos sociais. Assim, passou a contratar empresas terceirizadas. Em pouco tempo, as denúncias de superexploração, baixos salários, atrasos de pagamento, não cumprimento de direitos trabalhistas etc. são diárias. Para os terceirizados, a maioria mulheres, a situação é calamitosa, porque sofrem a pressão dos diretores de escolas e das empresas contratantes. Trabalham como loucos e quando chega o final do mês os miseráveis salários não são pagos, bem como o vale-refeição e o transporte. Ainda mais, tem aumentado os acidentes de trabalho, por não conseguir operar as panelas de pressão e outros aparelhos da cozinha e da limpeza.

A Corrente Proletária tem atuado junto aos trabalhadores terceirizados, denunciando as empresas que dão o calote (demitem e não pagam as rescisões) e que atrasam os salários e os benefícios. Foram feitos vários

atos nas diretorias de ensino. Mas o movimento continua restringindo a esta ou aquela empresa terceirizada. A direção do sindicato dos trabalhadores terceirizados não é capaz de convocar uma assembleia geral de todos os terceirizados, para aprovar uma só luta em defesa dos salários e das condições de trabalho. A Afuse continua de costas para esse grave problema nas escolas.

Assim, o governo conseguiu mais uma vez dividir os funcionários de escolas, criando os funcionários diretamente ligados ao estado e os terceirizados, vinculados às empresas privadas. Essa divisão tem dificultado a unidade. Sem a unidade de todos os funcionários, seja estadual, seja terceirizado, não será possível colocar um fim à terceirização.

A Corrente Proletária defende: que a Afuse convoque reuniões conjuntas imediatamente; que aprove uma luta pelo fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados; que o governo do estado contrate mais funcionários de escolas. ■

A Corrente Proletária convoca os funcionários de escolas a participarem das reuniões, visando o fortalecimento de uma oposição sindical classista e de luta para recuperar o nosso sindicato, que se encontra nas mãos de uma direção conciliadora e passiva.

No dia 4 de março, a Corrente Proletária fará uma discussão sobre um ano de guerra na Ucrânia e as consequências que recaem sobre a população pobre de todos os países.

PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA

A classe operária em todo o mundo deve se colocar pelo fim imediato da guerra na Ucrânia. Deve, igualmente, lutar contra suas consequências, que recaem sobre os explorados, na forma da alta do custo de vida, de desemprego, de fome e miséria. Lutemos por: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, fim das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexação.